

## **Projeto de irrigação prevê regularização fundiária e inclusão produtiva para famílias em Ponto Novo**

### **Notícias Destaque**

Postado em: 23/04/2019 11:04

Técnicos do Governo do Estado e representantes dos movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA) e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) reuniram-se, nesta segunda-feira (22), no município de Ponto Novo, para análise e aprovação do projeto do Sistema de Irrigação de 120 hectares, que beneficiará 60 famílias no Perímetro Irrigado de Ponto Novo. O projeto integra um conjunto de ações, com investimento de R\$14,2 milhões, realizado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), por meio do Pró-Semiárido.

Esta é a segunda etapa das intervenções realizadas pelo governo estadual, que estão sendo executadas no âmbito do Pró-Semiárido, projeto financiado com recursos do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida). Inicialmente, foram aplicados R\$7,5 milhões na implantação do sistema fúsegate, um dispositivo de tecnologia francesa, instalado no vertedouro da barragem de Ponto Novo, que aumentou a capacidade do reservatório de água em cerca de 24% — um acréscimo de 9,34 milhões de metros cúbicos.

Nesta etapa, 60 famílias (30 do MPA e 30 do MST) serão beneficiadas com ações de regularização fundiária e inclusão produtiva: “Essas iniciativas tem o objetivo de viabilizar a sustentabilidade das famílias no campo e potencializar os aspectos produtivos de geração de renda, com acesso à água, terra, crédito e outras políticas públicas”, destacou Cleiton Lin, coordenador da Unidade de Gestão do Pró-Semiárido, no Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar (Setaf), no Território de Identidade Piemonte Norte de Itapicuru, instalado no município de Senhor do Bonfim.

Representando a Casa Civil, André Santana, coordenador de Acompanhamento das Políticas de Inclusão Produtiva e Sustentabilidade, afirmou que a reunião foi um marco importante, para consolidar o que foi pactuado com os movimentos sociais, na perspectiva da regularização fundiária e, posteriormente, agroindustrialização da produção das famílias assentadas: “Estamos avançando a passos significativos e sustentáveis. A previsão é que até o fim deste ano os lotes sejam implantados e as famílias estejam com capacidade de produção”.

Ascom/SDR